



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2421

1 Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez reuniram-se, em caráter **ordinário**, às dezoito horas e vinte
2 minutos, na Sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta
3 capital, os seguintes Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental: **Anadir Lourdes**
4 **Alba**, titular da Região de Planejamento seis e presidindo a reunião; **Iara Castello**, titular da Universidade Federal do Rio
5 Grande do Sul; **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e
6 Regional; **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento Municipal de Habitação; **Maria da Graça Valle Silveira**,
7 titular da Empresa Pública de Transportes e Circulação; **Maria do Carmo Lebsa**, primeira suplente do Gabinete do
8 Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria de Planejamento Municipal; René de Souza, titular da secretaria
9 Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico; **Gilmara Muller**, segunda suplente da Secretaria Municipal de
10 Obras e Viação; **Cibeli Silva do Carmo**, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; **Margareth Vasata Macchi**,
11 titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da
12 Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura; **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos
13 Advogados de Direito Imobiliário Empresarial e assumindo presidência dos trabalhos; **José Luis Seabra Domingues**,
14 titular da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul; **Antonio Zago**, titular do Sindicato da Indústria da
15 Construção Civil; **Paulo Bins Ely**, titular do Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, titular do Sindicato
16 dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Diogo Schiaffino**, titular da Sociedade de
17 Engenharia do Rio Grande do Sul; **Ibirá Santos Lucas**, titular da Região de Planejamento Um; **Lotar Markus**,
18 titular da Região de Planejamento Dois; **Clarita Parizotto**, titular, e **Hélio Mayer Bastos**, primeiro suplente da
19 Região de Planejamento Quatro; **Sérgio do Amaral**, primeiro suplente da Região de Planejamento Cinco;
20 **Arno Cláudio Trapp**, segundo suplente da Região de Planejamento Seis; **Eduíno de Mattos**, titular da
21 Região de Planejamento Sete; **Dalcina Vargas**, titular, e **Leonite Ana Gheno**, segunda suplente da Região
22 de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da Silva**, primeiro suplente da Temática Organização da Cidade
23 Desenvolvimento Urbano, e **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente**
24 **Anadir** fez a abertura da sessão. Questionou se havia solicitações de retificação à ata da última reunião e não
25 foram sugeridas alterações. A ata foi colocada em votação e foi aprovada por dezessete votos favoráveis,
26 nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Presidente** deu início às **comunicações**. Conselheiro **Lotar**
27 informou sobre a realização de Audiências Públicas, com a participação da Comissão formada para tratar do
28 Delta do Jacuí. Disse que na manhã do dia participou de visitação à áreas possíveis de serem doadas pelo
29 governo do Estado. Falou da necessidade de elaboração de trabalho para a regularização fundiária da região
30 das Ilhas e da necessidade de atuação do DEMHAB no levantamento da área. Falou ainda da posição
31 contrária do Fórum da RP2, quanto à instalação de albergue prisional no Quarto Distrito, tendo em vista que a
32 ação iria de encontro à idéia de revitalização da região. Entregou manifestação formal desta opinião à mesa.
33 Conselheiro **Eduíno**, em resposta à manifestação do Conselheiro Lotar, informou a existência de unidades
34 prisionais RP 7, e que a região gostaria de poder dividir esta demanda. Denunciou que a obra de recuperação
35 do Arroio Dilúvio, a qual foi uma demanda da comunidade, esteja jogando para dentro do arroio o lixo da
36 própria obra, e condenou a falta de fiscalização do governo municipal quanto a isto. Conselheiro **Jorge** referiu
37 a falta de vagas em prisões e albergues, o que acarreta muitos criminosos soltos. Informou ainda sobre a
38 realização do quarto Evento “dia da Cidadania Nacional da Construção Civil”, promovido pelo STICC, deu
39 detalhes e convidou a todos a comparecerem. Conselheira **Leonite** fez apelo para EPTC solucionar problema
40 enfrentado na Estrada da Ponta Grossa número oitocentos e nove, onde ônibus enfrentam dificuldade em
41 fazer retorno e geram risco à segurança. Denunciou situação enfrentada pelos moradores do Túnel Verde, os
42 quais recebem oferta de contrato de aluguel social sob condições pouco esclarecidas. Opinou importante
43 levar o assunto ao Conselho. Denunciou ainda o elevado número de reclamação ao DEP efetuadas por
44 moradores do Parque Agrícola Albion, referindo a sujeira dos Arroios e o entupimento de valas. Deu detalhes.
45 Conselheira **Anadir** informou que na última quinta-feira participou de reunião no Fórum dos Conselhos, e
46 divulgou atividade que aconteceria no dia seguinte, às nove da manhã. Informou ainda da realização de
47 Seminário no dia dezoito próximo, para tratar do projeto de lei para a instituição das AEIS, este que fora
48 apreciado pelo Conselho. Deu detalhes. Informou ainda sobre outra atividade, a Oficina dos Conselhos, e deu
49 detalhes. Conselheiro **Arno** falou sobre a reunião do Fórum das Entidades no processo de participação na
50 análise dos vetos parciais ao Plano Diretor. Disse que o encontro normalmente ocorre nas quartas-feiras e
51 convidou a todos a participarem. Conselheiro **Euclésio** se fez presente na reunião e assumiu a presidência
52 dos trabalhos. **Presidente Euclésio** deu início à **Ordem do Dia. Processo Quatro Ponto Um**. Expediente número
53 002.071973.07.9, relator: GP. Interessado: SPM; assunto: Minuta de Lei para a instituição do EIV. Conselheira **Maria do**
54 **Carmo**, relatora do processo, informou que o mesmo continuava em diligências e que ficaria adiado para a semana
55 seguinte. Adiado. **Processo Quatro Ponto Dois**. Expediente número 002.251627.00.6, relator: ABES. Interessado:
56 CLARO; assunto: ERB – “Rooftop”; local: Avenida Assis Brasil, 3532. Conselheira **Margareth**, relatora do processo,
57 apresentou o mesmo. Informou que a solicitação era para a instalação de antena no prédio do Shopping Lindóia.



ATA N.º 2421

1 Informou que teve dificuldade em analisar o processo, referindo a falta de organização quanto á paginação. Referiu a
2 repetição de numeração e desordem dos documentos. Conselheiro **Breno** esclareceu que o Expediente Único é formado
3 por diversos requerimentos, estes que formam etapas do processo, com numerações específicas para cada uma. De
4 qualquer forma concordou a falta de organização dos processos de uma maneira geral. Conselheira **Margareth** opinou
5 que pudesse haver forma mais eficiente desta organização. Continuou o relato, informando o histórico, parecer da
6 CAUAE, o atendimento aos requisitos básicos, a localização proposta para a antena sobre reservatório e a existência de
7 outras antenas no local. Deu outros detalhes e se posicionou favorável ao solicitado. Não havendo outras manifestações, o
8 parecer foi colocado em votação e foi aprovado por vinte e três votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção.
9 **Processo Quatro Ponto Três.** Expediente número 002.305812.00.3, relator: IPES. Interessado: Bruno José Nichele;
10 assunto: EVU de condomínio; local: Estrada Jorge Pereira Nunes, 1350. Conselheiro **Jaime**, relator do processo, estava
11 ausente. Conselheira **Anadir** informou que gostaria de pedir vistas ao processo e foi sugerido que assim fosse feito,
12 mesmo antes do relato, para a agilização dos trâmites. Vistas concedidas à RP 6. **Processo Quatro Ponto Quatro.**
13 Expediente número 002.320104.00.0, relator: SINDUSCON. Interessado: Apart-Administração e Participação; assunto:
14 EVU de Condomínio; local: Estrada da Ponta Grossa, 4440. Conselheiro **Zago** informou que não tinha condições de fazer
15 o relato, pelo adiantado da hora em que foi informado da necessidade de comparecer à reunião, em substituição ao
16 Conselheiro **Sérgio**, que tinha a posse do processo. Conselheira **Dalcina** informou que tinha intenção de pedir vistas ao
17 processo e foi sugerido que o relator Sérgio fosse contatado durante a semana, para possibilitar a entrega do processo à
18 RP 8 e não prejudicar a agilidade dos trâmites. Vistas concedidas à RP 8. **Processo Quatro Ponto Cinco.** Expediente
19 número: 002.291251.00.1, relator: OAB. Interessado: CLARO; assunto: ERB – “Rooftop”; local: Avenida José Gertum,
20 521. Conselheiro **Domingues**, relator do processo, apresentou o mesmo. Informou o histórico, localização, referiu
21 legislação sobre a instalação do equipamento, assim como sobre a sua caracterização, e informou que foram anexados ao
22 processo. Informou que não havia atividades incompatíveis no entorno e se posicionou favorável à instalação da ERB em
23 seus aspectos urbanísticos e ambientais. Conselheiro **Alceu** referiu nova legislação aprovada pelo executivo, de que não
24 poderiam ser aprovadas ERBs em que no entorno houvesse unidades prisionais. Questionou se a legislação fora
25 considerada. Conselheiro **Domingues** informou que não, tendo em vista que na época da redação do seu parecer a
26 legislação não estava vigente. Informou que não havia unidade prisional no entorno. Conselheiro **Zago** informou que
27 sendo a legislação nova, ela não retroagiria à época do requerimento. Não havendo outras manifestações, o parecer
28 favorável do relator foi colocado em votação e foi aprovado por vinte e cinco votos favorável, um voto contrário e
29 nenhuma abstenção. **Processo Quatro Ponto Seis.** Expediente número: 002.070217.10.6, relator: Sindimóveis.
30 Interessado: Ubirajara Mencia - requerente; assunto: Valores de índices; local: Fernando Jorge Schneider, 285. Adiado.
31 Conselheiro **Paulo**, relator do processo, apresentou o mesmo. Informou que se tratava de aprovação quanto a valor de
32 índices informado pela Secretaria Municipal da Fazenda, originado pelo interesse de empreendedor em adquirir cinquenta
33 e cinco metros quadrados de índices em quarteirão que ainda não tinha valor estipulado. Informou a localização, que era
34 na região da Hípica. Informou o histórico dos trâmites até a chegada ao Conselho, referindo o trâmite pela SPM, UDRI,
35 SMF. Informou valor estipulado e se posicionou favorável. Conselheira **Anadir** pediu vistas ao processo e informou que
36 existe determinação do Fórum da RP 6 para que todos os processos da região sejam levados para conhecimento.
37 **Presidente** questionou a necessidade de vistas generalizadas, questionando a necessidade de vistas a processos mais
38 simples. Conselheiro **Arno** justificou a solicitação de vistas ao processo em apreciação, referindo a intenção de
39 familiarização com os valores reais dos índices. Conselheiro **Zago** informou como a busca desse tipo de informação podia
40 ser feita através do site da Prefeitura. Conselheiro **Breno** pediu a palavra para opinar que a solicitação de vistas aos
41 processos fora criada para um melhor entendimento quanto a situações específicas dos processos, após a sua apreciação, e
42 não uma ferramenta a ser utilizada de forma generalizada e independente do teor do processo. Ressaltou que lhe preocupa
43 o rumo que as reuniões do CMDUA estão tomando, no sentido de verificar-se desconfiança pelo trabalho técnico e debate
44 acentuado referente a detalhes em contraponto à pouca atenção aos aspectos globais que, no seu entender, deveriam ser o
45 principal papel do CMDUA. Sugeriu debate posterior sobre esse assunto. Conselheiro **Jorge** opinou que o conselheiro
46 representante das regiões de planejamento deveria ter alguma autonomia para representar o Fórum. Conselheira **Anadir**
47 reiterou o pedido de vistas. Vistas concedidas à RP 6. **Processo Quatro Ponto Sete.** Expediente número
48 002.289359.00.2, relator: SERGS. Interessado: CPU/SDU/SPM; assunto: Resolução – Inclusão de Gravame de Traçado
49 Viário. Local: Beco B Rua Rio Grande. Conselheiro **Diogo**, relator do processo, apresentou o mesmo. Informou o
50 propósito da do gravame solicitado, tendo em vista a possibilidade de regularizar loteamento irregular. Informou detalhes
51 quanto à localização e histórico do processo. Deu outras informações e se posicionou favorável á aprovação. Conselheira
52 **Elisabete** questionou se a área era de risco. Conselheira **Iara** questionou qual era a declividade da área. Conselheiro
53 **Diogo** continuou a explanação. Conselheiro **Breno** informou que o envio do processo para a apreciação pelo Conselho
54 caracterizava a existência de estudo prévio pelo grupo de regularização fundiária, que avalia a possibilidade de haver
55 aprovação segura das regularizações. Deu detalhes. Conselheira **Dalcina** fez questionamento. Conselheira **Gilmara**
56 informou que já havia no local consolidação de moradias. Conselheira **Anadir** solicitou vistas ao processo. Vistas
57 concedidas à RP 6. **Processo Quatro Ponto Oito.** Expediente número 002.272879.00.6, relator: RP2. Interessado:



ATA N.º 2421

1 CPU/SDU/SPM. Assunto: Resolução – Inclusão de Gravame de Traçado Viário. Local: Rua C e Rua 6064 no Bairro
2 Agronomia. Conselheiro **Lotar**, relator do processo, apresentou o mesmo. Informou histórico, localização e justificativa
3 da aprovação. Referiu os dois trechos objeto da análise e informou a necessidade dos mesmos para darem acesso à região.
4 Conselheira **Leonite** solicitou a palavra para opinar que o pedido de vistas da última apreciação atrasa a aprovação de
5 trabalho realizado pelo Núcleo de Regularização da SPM e que é esperado com muita expectativa pelos moradores do
6 loteamento. Informou que se tratava de processo antigo e de muito trabalho. Conselheira **Elisabete** opinou que se a RP 6
7 realmente fizer a solicitação de vistas a todos os processo, seria mais fácil que todos fossem encaminhados primeiramente
8 à Região. Conselheiro **Lotar** prosseguiu a apresentação do processo. Leu resolução e justificativa e se posicionou
9 favorável à aprovação. Conselheiro **Eduíno**, como representante da RP 7, informou que a Região estava ciente e se
10 manifestou favorável à aprovação. O parecer favorável do relator foi colocado em votação e foi aprovado por vinte e
11 quatro votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção. **Processo Quatro Ponto Nove**. Expediente número
12 002.252917.00.3, relator: RP 3. Interessado: Hab F-1; assunto: EVU de Edificação; local: Avenida Julio de Castilhos,
13 516. Conselheira **Ana Paula**, relatora do processo, estava ausente. Conselheiro **Ibirá** informou da intenção de solicitar
14 vistas ao processo. **Presidente** sugeriu que durante a semana pudesse ser feito contato com o relator, para o resgate do
15 processo e possibilidade de não trazer prejuízos aos trâmites. Vistas concedidas à RP 1. **Processo Quatro Ponto Dez**.
16 Expediente número 002.074261.09.6, relator: RP 4. Interessado: SPM; assunto: Minuta de Lei para a Instituição de Área
17 Especial de Interesse Institucional e Resolução de Inclusão de Gravame de Traçado Viário; local: Diretriz 1064, bairro
18 Jardim Botânico. Conselheira **Clarita**, relatora do processo, apresentou o mesmo. Informou o teor exato da apreciação, a
19 qual envolvia minuta e resolução. Informou que esteve no local e verificou que a comunidade atingida não estava ciente
20 da matéria. Deu outros detalhes quanto ao posicionamento dos moradores e usuários da área. Informou que não havia
21 posicionamento contrário por parte do Ministério Público e considerando que a Associação dos surdos-mudos também
22 não se posicionava contrária, se manifestou favorável às aprovações. Conselheiro **Ibirá** solicitou vistas ao processo.
23 Informou que esteve no local e que fez contato com a comunidade afetada pelo gravame. Informou que a mesma não se
24 posicionava favorável ao gravame, tendo em vista que não via esta necessidade, contudo que a mesma solicitou
25 justificativa. Deu outros detalhes. Questionou qual era o benefício urbano da aprovação, e referiu o benefício econômico
26 que o proprietário do terreno em questão teria com o gravame. Questionou se existia estudo quanto ao número de veículos
27 que transitam no local, para justificar a necessidade. Conselheira **Maria da Graça** informou que recebeu solicitação da
28 RPI para informar no processo o embasamento para a abertura da rua. Conselheiro **Breno** solicitou a palavra para
29 esclarecer que o gravame de rua tinha a intenção de garantir que o crescimento da cidade não acontecesse com quarteirões
30 configurados de forma não condizente com a realidade urbana. Informou que o quarteirão em questão é demasiado
31 grande, não tendo acompanhado as demais mudanças urbanas da região. Reiterou que o gravame significava apenas a
32 garantia de possibilidade de abertura de rua, mas em momento indeterminado, e não necessariamente no momento atual.
33 Esclareceu que este tipo de ação representa o próprio papel da SPM, que é o de planejar a cidade. Opinou que o papel do
34 CMDUA não fosse o de colocar em dúvida a necessidade da aprovação. Opinou que atualmente o crivo dos conselheiros
35 venha sendo excessivo e sugeriu maior confiança no trabalho dos técnicos, que se dedicam exclusivamente a esta tarefa.
36 Conselheira **Iara** opinou, como urbanista, que haja a necessidade de conexão urbana nas cidades. Informou que o
37 gravame de vias significa o aumento de fluxo de automóveis, mas também de pedestres, reiterando a necessidade de haver
38 conexões. Opinou importante para a região a aprovação da resolução, referindo a existência do Jardim Botânico e do
39 Campus esportivo da UFRGS, que formam grandes quarteirões e dificultam a mobilidade. Conselheiro **Ibirá** falou sobre a
40 previsão do Plano Diretor de que haja a participação no projeto urbano da cidade, opinando que, quando exista
41 manifestação da comunidade, esta deva ser ouvida. Falou sobre o parcelamento do terreno envolvido, sobre o fato de as
42 quadras não necessitarem ser retangulares, sobre o benefício econômico ao proprietário do terreno e questionou sobre a
43 real necessidade de a rua ser gravada. Conselheiro manteve o seu pedido de vistas. Vistas concedidas à RP 1. **Presidente**
44 deu início aos **Assuntos Gerais**. Conselheiro **Lotar** falou sobre a real necessidade e importância em se fazer a
45 regularização fundiária na região das Ilhas. Referiu o parque ecológico do Delta do Jacuí. Conselheira **Leonite** reiterou o
46 longo período de trâmite do processo de regularização da área referente ao processo Quatro Ponto sete da pauta. Sugeriu
47 que pudesse ter sido feito convite para apresentação do projeto pela NAU, assim como para a comunidade, para evitar
48 atrasos. Conselheiro **Paulo** opinou sobre a intenção da RP 6, a de solicitar vistas a todos os processo que se referiam
49 àquela região. Opinou que o instrumento de solicitação de vistas não era adequado de ser utilizado como uma rotina, e
50 sugeriu a reflexão sobre a intenção. Conselheira **Anadir** falou da sua responsabilidade em representar a região, e
51 informou que é muito questionada sobre diversos assuntos. Defendeu a necessidade de os Conselheiros serem melhor
52 informados, e referiu que muitas vezes os jornais são mais efetivos. Conselheiro **Paulo** sugeriu que, como conselheira, a
53 Anadir pudesse representar o Fórum quanto a certos assuntos. Conselheiro **Ibirá** opinou que a solução para o problema
54 seria os fóruns serem informados dos processos que tramitam na CAUGE, para maior familiarização antes de chegarem ao
55 Conselho. Referiu que desta forma poderia haver apresentação prévia pelo empreendedor nos Fóruns. Parabenizou ainda a
56 agilidade nas apreciações do dia e o andamento da pauta, que foi possível após diversas reuniões. Conselheiro **Alceu**
57 opinou que o cuidado em conhecer e levar o conteúdo dos processos ao conhecimento dos fóruns fosse importante, mas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2421

1 que cada conselheiro atuava em benefício da cidade como um todo, e por este motivo disse que não considerava adequado
2 representar os interesses apenas de sua região. Falou da sua satisfação com o nascimento de sua neta Natasha. Conselheiro
3 **Jorge** sugeriu que a conselheira Anadir pudesse ter maior autonomia para representar a RP 6 em alguns casos, e disse que
4 trará a demanda por escrito, como valorização da sua representatividade. Conselheira **Dalcina** respondeu ao que falou o
5 Conselheiro Alceu, opinando eu se cada representante das Regiões de Planejamento cuidasse devidamente da sua região,
6 haveria um ótimo trabalho. Posicionou-se favorável ao pedido de vistas pelas regiões, para a possibilidade de
7 conhecimento real sobre os projetos apreciados. Às vinte horas foram encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de
8 Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente com o **Presidente e a Vice-Presidente**,
9 assino e lavro a presente ata.

10
11
12
13
14 _____
15 **Ana Paula Tomasi**
16 **Secretária Executiva**

17 _____
18 **José Euclésio dos Santos**
19 **Presidente**

20 _____
21 **Anadir Lourdes Alba**
22 **Vice-presidente**

Retificações a esta ata aprovadas na reunião do dia 17/08/2010: